



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda



ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF/GRLF
1260165-4	11.488.884/0001-91	04/868.215/2020	04/925.514/2023	GRLF1 - Centro

CONCEDIDO A

INSTITUTO MOVE O MUNDO
MOVE O MUNDO

PARA SE ESTABELECEER NO

Rua Alcindo Guanabara, 00024, SAL 1013, Centro

COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)

2.23.30.1 - ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
2.36.04.7 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
2.35.36.9 - ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA
2.23.13.1 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL
2.23.20.4 - INSTITUTO CULTURAL
2.23.02.6 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA
2.23.29.8 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA
2.26.10.6 - ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO
2.22.50.0 - ATRAÇÕES ARTÍSTICAS
2.23.25.5 - PRODUÇÃO ARTÍSTICA
2.19.13.4, 2.26.36.0, 2.36.09.8, 2.23.33.6, 2.34.11.7, 2.35.03.2, 2.35.05.9, 2.35.06.7, 2.35.15.6, 2.35.16.4

COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA
VEDADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO LOCAL
VEDADO O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO LOCAL
VEDADA A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO LOCAL
VEDADO TREINAMENTO NO LOCAL
VEDADA A ARMAZENAGEM NO LOCAL
SIMPLES ESCRITÓRIO

OBSERVAÇÕES

A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento de regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção da saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões.

Códigos CNAE's: 9430-8/00, 9499-5/00, 8599-6/99, 9493-6/00, 9412-0/99, 9319-1/01, 9319-1/99, 9001-9/03, 8230-0/01, 8550-3/02, 8599-6/04

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2023

Deferido automaticamente conforme decreto 41827/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO MOVE O MUNDO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.488.884/0001-91

Certidão nº: 45435289/2025

Expedição: 06/08/2025, às 21:41:16

Validade: 02/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO MOVE O MUNDO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.488.884/0001-91**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2025166886900
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF/RAIZ DO CNPJ: 11.488.884	CAD-ICMS: Não inscrito
NOME/RAZÃO SOCIAL: *****	
CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas. EMITIDA EM: 06/08/2025 21:45 VÁLIDA ATÉ: 04/11/2025 21:45 Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017	
OBSERVAÇÕES	
1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004. 2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. 3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão 'causa mortis' e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). 4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO MOVE O MUNDO
CNPJ: 11.488.884/0001-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:26:46 do dia 28/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/01/2026.

Código de controle da certidão: **3B1A.1D20.162D.0FF5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Coordenadoria do ISS e Taxas

Nº AUTENTICAÇÃO: 1605651526

ÓRGÃO: FP/REC-RIO/CIS/F

CONTROLE: 318442031

VALIDADE: 04/11/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Nome: INSTITUTO MOVE O MUNDO**CNPJ:** 11.488.884/0001-91

A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

Até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes do pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor.

Certidão emitida pela Internet - Em 6/8/2025 21:57:08

Certidão expedida com base na Resolução SMFP nº 3.390, de 29/11/2024.

Rio de Janeiro, 6 de AGOSTO de 2025.

Hora: 21:57

OBSERVAÇÕES

I - A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no portal Carioca Digital, no endereço carioca.rio.
II - O presente documento não certifica inexistência de débitos de ISS declarados pelo contribuinte no âmbito do Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.

06/08/2025, 21:39

Consulta Regularidade do Empregador

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.488.884/0001-91
Razão Social: INSTITUTO MOVE O MUNDO
Endereço: RUA NERVAL DE GOUVEIA 97 / QUINTINO / RIO DE JANEIRO / RJ / 21311-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/07/2025 a 26/08/2025

Certificação Número: 2025072819295521852569

Informação obtida em 06/08/2025 21:39:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



INSTITUTO MOVE O MUNDO CNPJ 11.488.884/0001-91

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do INSTITUTO MOVE O MUNDO – CNPJ 11.488.884/0001-91, por seu Presidente Sr. DANIEL ROSA DE SOUSA, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Alcindo Guanabara, nº 24 – Sala 1013 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.031-130, às 17:00 horas em primeira convocação, e em segunda convocação às 17:30 horas, do dia 09 de MAIO de 2024, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA:

- 1-) ALTERAÇÃO DO ART 1º DO ESTATUTO.**
- 2-) ELEIÇÃO DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.**

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024.

DANIEL ROSA DE SOUSA



**LISTA DE PRESENÇA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
INCLUSÃO DO ART.2º INCISO 1 DA LEI 13.019/2024 E ELEIÇÃO E POSSE DA
DIRETORIA DO INSTITUTO MOVE O MUNDO CNPJ 11.488.884/0001-91**

DATA: 09/05/2024

Nome Completo Legível Daniel Rosa de Sousa	Assinatura <i>Daniel Rosa de Sousa</i>
	RG 11.345.501-8
	CPF 073.786.197-52

Nome Completo Legível Luiz Paulo Venâncio	Assinatura <i>Luiz Paulo Venancio</i>
	RG 05.677.097-7
	CPF 381.999.807-10

Nome Completo Legível Robert Sylvio Agapito Pereira da Cruz	Assinatura <i>Robert S. Agapito P. da Cruz</i>
	RG 26.432.485-6
	CPF 139.419.227-42

Nome Completo Legível Luiz Fernando Honorato Gomes	Assinatura <i>Luiz Fernando Honorato Gomes</i>
	RG 07.834.061-9
	CPF 982.530.347-68

Nome Completo Legível Marcely Redine de Avellar Nonato	Assinatura <i>Marcely Redine de A. Nonato</i>
	RG 28.063.836-2
	CPF 119.795.297-79

Nome Completo Legível Aline Carolina de Freitas	Assinatura <i>Aline C. Freitas</i>
	RG 29.372.118-9
	CPF 165.857.407-93



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ALTERAÇÃO DO ART. 1º DO ESTATUTO, ELEIÇÃO DE DIRETORIA E CONSELHO
FISCAL DO INSTITUTO MOVE O MUNDO
CNPJ 11.488.884/0001-91**

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 17h30 horas, em segunda convocação, reuniram-se em sua sede na Rua Alcindo Guanabara, nº 24 – Sala 1013 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.031-130, os sócios do INSTITUTO MOVEM O MUNDO devidamente regulares, escolhido para Presidir a Assembleia Extraordinária o Sr. DANIEL ROSA DE SOUSA, convidou o Sr. LUIZ PAULO VENÂNCIO para Secretariar os trabalhos com a seguinte Ordem do dia: **Inclusão estatutária em conformidade com o art. 2º inciso I, da Lei 13.019/2014, Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal.** O presidente deu início à reunião informando a necessidade de inclusão do **art. 2º inciso I, da Lei 13.019 de 31 de Julho de 2024**, conforme diretrizes do Marco Regulatório da Organização de Sociedade Civil realizando a leitura do artigo e enfatizando os pontos relevantes, em seguida realizou a segunda Ordem do dia: Onde lê-se: **Art. 1º – O Instituto Move o Mundo**, doravante denominado “Move o Mundo”, constituído aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dez, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, dotado de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á pelo presente estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

- I. Leia-se : **Art. 1º – O Instituto Move o Mundo**, doravante denominado “Move o Mundo”, constituído aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dez, é entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; disposições preliminares em conformidade com o artigo 2º, Inciso I, Alínea a), do Decreto n.º 13.019, de 31 de Julho de 2014. E duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, dotado de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á pelo presente estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único: O Instituto Move o Mundo, tem sede a Rua Alcindo Guanabara, nº 24 – Sala 1013 - Centro- Rio de Janeiro – RJ- Cep: 20.031-130.

Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal. O presidente informou da necessidade de realizar nova eleição, tendo em vista a conclusão do mandato anterior. Em seguida, foi apresentada a lista das pessoas indicadas para compor a Diretoria e Conselho Fiscal, após a leitura da indicação dos membros indicados, foi submetida à votação, sendo aprovada por todos a indicação dos nomes indicados. Os membros eleitos foram empossados para cumprirem o mandato de 09/05/2024 à 08/05/2028, ficando desta forma composta:

Diretor Presidente – DANIEL ROSA DE SOUSA, brasileiro, solteiro, Comerciante, portadora da cédula de identidade nº 11.345.501-8 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 073.786.197-52, nascido em 11/07/1977, residente na Rua das Laranjeiras, nº 336 – Bloco A – Aptº 623 - Laranjeiras - Rio de Janeiro - CEP: 22.240-006.



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ALTERAÇÃO DO ART. 1º DO ESTATUTO, ELEIÇÃO DE DIRETORIA E CONSELHO
FISCAL DO INSTITUTO MOVE O MUNDO
CNPJ 11.488.884/0001-91**

Diretor Administrativo – LUIZ PAULO VENÂNCIO, brasileiro, solteiro, Técnico em Eletrotécnica, portador da cédula de identidade nº 05.677.097-7 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 381.999.807-10, nascido em 23/07/1955, residente na Rua Cassiano Gabus Mendes, nº 90 CS - Bangu - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.864-450;

Diretor Financeiro/Contábil – ROBERT SYLVIO AGAPITO PEREIRA DA CRUZ, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 26.432.485-6 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 139.419.227-42, nascido em 22/02/1992, residente na Rua Joaquim Teixeira, 157 – Osvaldo Cruz – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21.351-260.

Conselheiro Fiscal – LUIZ FERNANDES HONORATO GOMES, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, portador da cédula de identidade nº 07.834.061-9 IIP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 982.530.347-68, nascido em 26/02/1967, residente na Rua Acani, nº 43/105 - Bangu – Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.875-260;

Conselheira Fiscal – MARCELY REDINE DE AVELLAR NONATO, brasileira, solteira, bióloga, portadora da cédula de identidade nº 28.063.836-2 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 119.795.297-79, nascida em 05/02/1997, residente na Rua Nerval de Gouveia, nº 97-A – Quintino – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21.311-110;

Conselheira Fiscal – ALINE CAROLINA DE FREITAS, brasileira, solteira, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 29.372.118-9 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 165.857.407-93, nascida em 02/08/1989, residente na Travessa Ana Soares, nº 246 –Neves – São Gonçalo – RJ – CEP 24.425-310.

Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto.

Todos os membros eleitos para a Diretoria declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela ou pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar; e prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional contra as normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E em conformidade com o artigo 2º, Inciso I, Alínea a), do Decreto n.º 13.019, de 31 de Julho de 2014. entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ALTERAÇÃO DO ART. 1º DO ESTATUTO, ELEIÇÃO DE DIRETORIA E CONSELHO
FISCAL DO INSTITUTO MOVE O MUNDO
CNPJ 11.488.884/0001-91**

E, por fim, eu **LUIZ PAULO VENÂNCIO** declaro que as deliberações tomadas na assembleia geral em questão, observaram rigorosamente o quórum previsto no estatuto social em vigor e dá posse aos eleitos, que após lida e assinada por mim, Secretário dos trabalhos e Presidente da reunião.

Rio de Janeiro/RJ, 09 de maio de 2024.

DANIEL ROSA DE SOUSA
Presidente

LUIZ PAULO VENÂNCIO
Secretário

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO É UMA VIA ADICIONAL DA
AVERBAÇÃO FEITA SOB Nº, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
CNS-Matr. 093245-238640 - 1ª adicional
1202405101429347 23/05/2024
Emol: 55,44 Tributo: 22,90 Reemb: 1,10
Selo: EERE36720 NPS
Consulte em www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo
Verifique autenticidade em rcpjri.com.br ou pelo QRCode ao lado


Rodolfo P. de Moraes
Oficial





INSTITUTO MOVE O MUNDO
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO INSITUTO MOVE O MUNDO
CNPJ 11.488.884/0001-91

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º – O Instituto Move o Mundo, doravante denominado “Move o Mundo”, constituído aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dez, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, dotado de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á pelo presente estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: O Instituto Move o Mundo não distribui entre os seus sócios ou, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; em conformidade com o artigo 2º, Inciso I, Alínea a, do Decreto n.º 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Parágrafo Segundo: O Instituto Move o Mundo, tem sede à Rua Alcindo Guanabara, nº 24 – Sala 1013 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.031-130.

Art. 2º – O Instituto Move o Mundo tem por finalidade:

1. Promover, coordenar, executar, administrar e incentivar a realização de projetos e iniciativas que visem o desenvolvimento sustentado e a conservação da diversidade biológica e do meio ambiente, e a conscientização para a preservação ambiental, angariando e gerindo os fundos necessários provenientes de indivíduos ou entidades, nacionais ou estrangeiras, públicas ou particulares, que atuem ou não na área relacionada à conservação do meio ambiente;
2. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
3. Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita;
4. Desenvolver programas de capacitação para geração de ocupação e renda para mulheres advindas de famílias de baixa renda e/ou de risco social;
5. Promoção de cursos, palestras, seminários, simpósios, que visem atender as finalidades do Instituto;
6. Promover atividades desportivas, educativas, culturais e científicas realizando pesquisa, conferências, seminários, palestras, cursos, treinamentos, editando publicações, vídeos, processamento de dados, assessoria técnica no campo sócio cultural;
7. Celebrar convênios, contratos, parcerias e termos de cooperação técnica com órgãos públicos ou privados, que tenham como objetivo o desenvolvimento das ações propostas;
8. Promoção junto aos diferentes órgãos dos poderes públicos, de instrumentos capazes de potencializar recursos e aprimorar processos, buscando sobrevalorizar a eficiência administrativa, e o aproveitamento de oportunidades e vocações econômicas locais
9. Promoção do voluntariado;
10. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
11. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

[Handwritten signatures and initials]

12. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos valores universais;
13. Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste estatuto.

Art. 3º – No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto não fará distinção alguma quanto a raça, cor, idade, condição social, credo político ou religioso.

Art. 4º – O Instituto terá um regulamento geral que regulará a forma administrativa da sociedade.

Art. 5º – A fim de cumprir as suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no art. 4º do presente Estatuto.

Parágrafo Único – Poderá também o Instituto criar unidades de prestação de serviços para a execução de atividades visando à sua auto-sustentação, utilizando de todos os meios lícitos, aplicando seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPÍTULO II – DOS SÓCIOS

Art. 6º – O Instituto é constituído por cidadãos livres, maiores de 18 (dezoito) anos sendo composto por número ilimitado de sócios, havendo três categorias:

1. Sócios fundadores;
2. Sócios contribuintes;
3. Sócios benfeitores.

Parágrafo Primeiro - São considerados sócios fundadores aqueles que assinaram a Ata de constituição do Instituto;

Parágrafo Segundo - Os sócios fundadores também devem contribuir regularmente em pecúnia com o Instituto;

Parágrafo Terceiro - São considerados sócios contribuintes todos aqueles que contribuem regularmente com o Instituto;

Parágrafo Quarto - São considerados sócios benfeitores aqueles que contribuem ainda que esporadicamente, com importâncias expressivas.

Art. 7º – São direitos dos sócios:

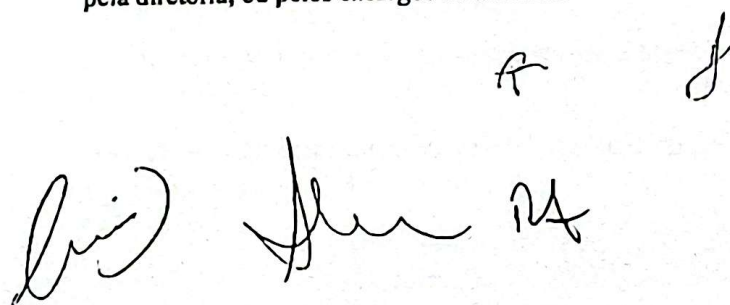
1. Votar e ser votado, para os cargos eletivos;
2. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
3. Sugerir à Diretoria, por escrito medidas ou providências que aspirem ao aperfeiçoamento operativo da entidade, bem como denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias ou do regimento interno do Instituto Move o Mundo.

Art. 8º – São deveres dos sócios:

1. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
2. Acatar determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléias;
3. Zelar pelo decoro e bom nome da Associação;
4. Estar em dia com as contribuições à tesouraria do Instituto.

Parágrafo Único – Será excluído o sócio que houver incorrido em falta moral que venha a desabonar a associação, sua manutenção ou quadro.

Art. 9º – Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos compromissos assumidos pela diretoria, ou pelos encargos do Instituto.



CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – O Instituto será administrado por:

1. Assembléia Geral;
2. Diretoria;
3. Conselho Fiscal.

Art. 11º – A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á, dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12º – Compete À Assembléia Geral:

1. Eleger e destituir a Diretoria;
2. Eleger o Conselho Fiscal;
3. Decidir sobre a reforma do Estatuto;
4. Decidir sobre a extinção da entidade;
5. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
6. Aprovar o regimento interno;
7. Aprovar as contas.

Art. 13º – A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

1. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
2. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 14º – A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada;

1. Pela Diretoria;
2. Pelo Conselho Fiscal;
3. Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 15º – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da entidade, publicação na imprensa local, por circulares, com antecedência mínima de 08 (Oito) dias. **Parágrafo Único** – Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos sócios em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 16º – A Diretoria será constituída por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Diretor Contábil.

Parágrafo Primeiro – O Mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, sendo permitida a recondução ao cargo.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância do mandato, será convocada Assembléia Geral Extraordinária para eleição e posse de novo diretor, a fim de complementação do mandato.

Parágrafo Terceiro – O Instituto poderá renumerar os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva da entidade, bem como aqueles que prestem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

Art. 17º – Compete à Diretoria:

1. Elaborar o programa anual de atividades e executá-lo;
2. Elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o relatório anual;
3. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
4. Contratar e demitir funcionários;
5. Praticar todos os atos administrativos e legais visando a consecução das finalidades do Instituto.

Art. 18º – A Diretoria se reunirá no mínimo a cada bimestre.

Art. 19º – Ao Diretor Presidente compete:

1. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
2. Presidir a Assembléia Geral;
3. Representar a entidade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
4. Assinar, juntamente com o Diretor Contábil, cheques, balancetes e movimentações financeiras da entidade e praticar todos os atos administrativos concernentes às atividades da entidade;
5. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno.

Art. 20º - Compete ao Diretor Financeiro:

1. Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados ao Instituto, mantendo em dia a escrituração da entidade;
2. Colaborar com o presidente e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;
3. Assumir o mandato do presidente, em caso de vacância, até o seu término;
4. Fazer a movimentação financeira da entidade, sempre mediante assinatura do Presidente;
5. Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade do Instituto, cuidando que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
6. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
7. Apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
8. Apresentar semestralmente o balancete de receitas ao Conselho Fiscal;
9. Publicar anualmente a demonstração de receitas e despesas realizadas no exercício;
10. Elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembléia Geral;
11. Controlar todo o numerário em estabelecimento de crédito;
12. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à área financeira da entidade;
13. Assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pelo Instituto.

Art. 21º - Ao Diretor Administrativo compete:

1. Colaborar com o presidente;
2. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
3. Representar a Associação, ativa ou passivamente, em juízo ou administrativamente sempre em conjunto com o Presidente ou quem o substituir;
4. Organizar e dirigir todos os serviços da Secretária;
5. Promover a lavratura e subscrição de todas as atas das reuniões da Diretoria;
6. Manter, sob sua responsabilidade e guarda, todo o arquivo de documentos e livros do Instituto;
7. Controlar, mediante registro em livro próprio, o número de do Instituto, a medida em que estes lhe forem apresentando os respectivos títulos definitivos ou de compromisso de aquisição de propriedade, anotando a área do terreno e/ou da construção e a quantidade de votos a que o titular terá direito;
8. Nomear e demitir os funcionários do Instituto, "ad referendum" da diretoria;
9. Encarregar-se de todos os assuntos pertinentes à administração do Instituto, em especial aos relacionados ao departamento pessoal, bem como, assuntos jurídicos, e seus aspectos legais;
10. Proceder ao cadastro dos bens patrimoniais do Instituto, em Livro Próprio ou fichas, cumprindo-lhe também a guarda e conservação de tal patrimônio;
11. Encaminhar e acompanhar todas as questões jurídicas de interesse da associação;
12. Assinar, juntamente com o Presidente, ou quem o substituir, no caso de impedimento justificado do Diretor Contábil, todos os atos e documentos que envolvam transações patrimoniais ou responsabilidade financeira do Instituto, inclusive cheques, ordem de pagamento, títulos de crédito e quaisquer outros contratos ou documentos que importem em responsabilidade do Instituto.

Art. 22º – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral.

2



Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;
Parágrafo Segundo – Em caso de vacância do mandato, será convocada Assembleia Geral Extraordinária, para eleição e posse de novos conselheiros, a fim de complementação do mandato.

Art. 23º – Ao Conselho Fiscal compete:

1. Examinar os livros de escrituração da entidade;
2. Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Contábil, opinando a respeito;
3. Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria, com parecer sobre as contas;
4. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da instituição.

Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO

Art. 24º – O patrimônio da instituição será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, apólices de dívida pública, contribuições dos , auxílios e donativos em dinheiro ou espécie.

Art. 25º – O Instituto Move o Mundo poderá receber e importar doações internacionais.

Art. 26º – A entidade aplicará suas rendas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

CAPÍTULO V - DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 27º - Na hipótese de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, ou, na falta de pessoa jurídica com essas características, ao Estado do Rio de Janeiro.

Art. 28º - O Instituto só poderá ser dissolvido por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, e com a aprovação da unanimidade dos presentes, observado o disposto no art. 15, deste Estatuto, observando-se o que dispuser a lei, quanto à sua liquidação, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

CAPÍTULO VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 29º - A prestação de contas do Instituto observará, minimamente:

1. Os Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade;
2. A obrigatoriedade de dar publicidade, por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, colocando-as à disposição, para exame, de qualquer cidadão;
3. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria, conforme previsto em regulamento;
4. A obrigatoriedade de prestação de contas de todos os recursos e bens recebidos.

Digitizado com CamScanner

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º - Os dirigentes do Instituto Move o Mundo não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade, não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras excedentes operacionais brutos ou líquidos de qualquer natureza participações ou parcelas do seu patrimônio, mediante o exercício de suas atividades.

Art. 31º - Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais ao Instituto serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

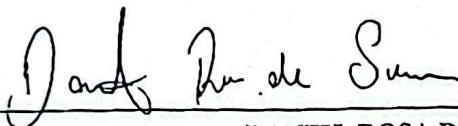
Parágrafo Único: Os , que se disponibilizarem a planejar e/ou executar projetos pelo Instituto, serão contratados mediante assinatura de contrato de prestação de serviços referente à tarefa a ser desenvolvida naquele projeto.

Art. 32º - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se 1º de janeiro e findando-se em 31 de dezembro de cada ano.

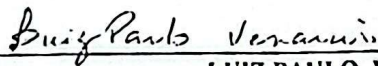
Art. 33º - O presente Estatuto, bem como o Regimento Interno da Entidade, poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria simples dos presentes, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 34º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Diretor-Presidente, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2024.



DANIEL ROSA DE SOUSA
Presidente da Assembléia



LUIZ PAULO VENÂNCIO
Secretária da Assembléia

RCPJ RJ 2506/2024 00
EER5A02500R

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua Mariz 149, 3º andar, Centro

**CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO É UMA VIA ADICIONAL DA
AVERBAÇÃO FEITA SOB Nº. PROTOCOLO E DATA ABaixo**
CNPJ nº 03.021.540/0001-11 (adexa)
1206406241540216 25062024
Empl. 62.44 Trib. RJ 90 Recibo 1,10
Selo: EER5A02500R
Consulte em: www4.trf4.jus.br/Portal-EstadoRJ/consultas.asp
Verifique autenticidade em rcpj.rj.gov.br ou pelo QR Code ao lado



Carimbo do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

